

Comunidades Interculturais – Da Tendência à Necessidade

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.63.4>

Ana Piedade

Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Beja, Beja, Portugal/Lab-At, Instituto Politécnico de Beja, Beja, Portugal/Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6203-9424>
alavado@ipbeja.pt

Introdução

Vivemos hoje, na maior parte das comunidades mundiais e sem dúvida nas comunidades europeias de maior dimensão, um tempo de “superdiversidade” (Vertovec, 2010). Já não se reivindica uma identidade única, no caso dos migrantes de segunda, terceira e quarta gerações, e rejeita-se uma identidade única ou a ideia de pertença a grupos pré-definidos, em favor da reivindicação de uma identidade múltipla e compósita, como a defende Maalouf (2000). Os migrantes de primeira geração apresentam desafios diferentes: frequentemente não falantes da língua do país de acolhimento nem conhecedores da cultura e subculturas dos territórios, a sua integração depende do planeamento e do sucesso de políticas públicas dos estados e das governanças locais, bem como da preparação e disponibilidade de acolhimento das populações, isto é, das comunidades.

Como referem Okolski (2012) e Penninx (2013), a Europa tornou-se “um continente de imigração” no decurso dos últimos 60 anos. Contudo, os diferentes países da Europa e as comunidades que os compõem têm ritmos e perspetivas diferentes relativamente às migrações, portanto, o reconhecimento da necessidade de elaborar políticas de integração de migrantes tem sido desigual no tempo e no espaço. Desde a viragem para o século XXI, a maioria dos estados europeus desenvolveu políticas de integração dos migrantes, confrontados com as necessidades sentidas pelas comunidades de acolhimento. Frequentemente, as políticas de integração na Europa foram formuladas primeiro ao nível municipal, portanto comunitário, e não ao nível nacional (Scholten et al., 2015, p. 1), como, por exemplo, em Londres, Amsterdão ou Paris. A União Europeia foi chamada a refletir e a intervir na definição de políticas de migração e integração, fruto de crises económicas, políticas e de conflitos mundiais que se repercutem na entrada de largos contingentes de pessoas no espaço comum europeu; entrou, depois de 2003, neste campo de política cada vez mais “multinível”.

As políticas de integração local sempre estiveram à sombra das políticas de integração nacionais (ou da ausência destas), já que as políticas de imigração (decisões sobre quem pode entrar e ficar) são tomadas a nível nacional. Se a política de imigração for seguida por uma política de integração nacional, as políticas de integração locais serão estimuladas e facilitadas pelas nacionais (Penninx, 2015).

O Contributo das Ciências Sociais Para o (Re)conhecimento das Comunidades Interculturais

Como referem Scholten et al. (2015), as entidades de governança local, nacional e da União Europeia têm desenvolvido grandes esforços para reforçar o conhecimento e a experiência necessários para compreender os processos de integração bem como para controlá-los e orientá-los. Têm tido como propósito, dar às políticas públicas neste domínio uma base conceptual sólida, desenvolver instrumentos e medidas políticas e, ainda, monitorizar e avaliar as políticas propostas. Neste contexto, referem os autores, as ciências sociais têm desempenhado um papel importante na definição da compreensão pública dos processos de integração de imigrantes e, em muitos casos, também na definição das políticas governamentais. O momento em que tal começou a acontecer e a forma como aconteceu, no entanto, variam de um país para outro e de cidade para cidade. O papel específico dos cientistas sociais na formulação de políticas também varia muito. Em alguns casos, os investigadores foram bastante ativos, tanto no processo de formulação do conteúdo das políticas, como no processo de estabelecimento de políticas, mas, noutros casos, distanciaram-se, ou foram mantidos à distância destes processos, o que gera, obviamente, situações muito díspares no que concerne aos impactos políticos e sociais nas comunidades interculturais. Existem, portanto, grandes diferenças entre os países europeus, na forma como as relações entre a política e a investigação sobre integração de imigrantes têm evoluído.

Também as visões dos investigadores, não obstante aspetos em comum, seguem caminhos diferentes, aos quais não são estranhos aspetos ideológicos que envolvem a investigação social. Alguns discursos civilizacionais ligados a patologias sociais do século XX, como o genocídio e o racismo, por exemplo, foram encarados com ceticismo por muitos cientistas sociais, como por exemplo, Patterson (1997) e Mazlish (2004). Shimizu e Bradley (2014, p. 3) consideram plausível, ainda que com as devidas cautelas, o reconhecimento de conceito(s) de “diferença” cultural, tendo em conta uma ideia comum de universalidade humana, que pressupõe o reconhecimento mútuo e a tolerância, baseada em regras e normas de conduta internacional. Deste modo, e convocando outros autores, como Fukuyama (1992/1992); Lebow (2008); Nye (2004) e Pettman (2004) estudam a chamada “viragem cultural” nas ciências sociais em geral e nas relações internacionais em particular. Afirmam que estas novas perspetivas de abordagem têm sido fundamentais para ajudar a compreender o conflito, a reconciliação e a construção de entendimentos entre e de diversas populações, em territórios específicos. Consequentemente, emergem novas leituras acerca do multiculturalismo, como teoria, e um conjunto de políticas e programas para transcender a normatividade de um mundo em conflito, ganhou destaque. Shimizu e Bradley (2014) consideram

que, na literatura existente sobre estudos de migração e relações internacionais, a cultura tem sido com frequência tratada erroneamente como uma das causas profundas dos conflitos. Colocam a tónica na educação, trazendo à colação, por exemplo, Brown (2006), que se reporta a estudos nos quais jovens estudantes são instados a tolerar as diferenças étnicas, de cultura, religião ou orientação sexual uns dos outros. Não há indícios de que as diferenças em questão ou as identidades por meio das quais essas diferenças são negociadas foram socialmente e historicamente constituídas. Como não há evidências de que tais identidades são o resultado do poder e de normas hegemónicas. Como não há evidências que tais diferenças resultem de certos discursos sobre etnia, sexualidade e cultura. Em vez disso, os jovens aprendem que devem tolerar (Brown, 2006, como citado em Shimizu & Bradley, 2014). Assim, educar para a diversidade e para a integração preparará as pessoas de diferentes idades para formarem comunidades multiculturais e, desejavelmente, interculturais.

A Educação e as Comunidades Interculturais

A educação será, portanto, o ponto de viragem para a integração. Podemos considerar, como refere Bradley (2014), que, apesar das alegações fundamentadas de que grande parte da humanidade vive num mundo cada vez mais multicultural, a ameaça sempre presente de um conjunto de partições entre “nós” e “eles” transnacionalmente (mas também dentro dos países) parece incontornável.

Educar para o multiculturalismo e para o interculturalismo implica refletir acerca dos conceitos e, desde logo, ter em consideração a diferença entre o multiculturalismo interativo como movimento político que procura estabelecer um espaço público nos territórios (Alagappa, 2004) e o multiculturalismo tradicional, entendido como conjunto de culturas individualizadas e isoladas, associadas principalmente com os estados-nação (Shimizu & Bradley, 2014). Os autores (Shimizu & Bradley, 2014) avançam que deveremos, portanto, colocar-nos um conjunto de questões, tais como: quem somos “nós” quando nos referimos ao multiculturalismo; em que posição “nós” nos colocamos ao falar acerca das culturas dos “outros”; de que forma o discurso do multilinguismo afeta a formação de ambientes multiculturais interativos; de que forma as políticas de educação, no caso das línguas, têm consequências sobre os processos de constituição da esfera pública; se a cultura é a causa dessa panóplia de conflitos; o que se entende por uma interpretação alternativa da cultura que promove o diálogo, as negociações e a reconciliação entre diferentes culturas; e, finalmente, até que ponto essas culturas supostamente diferentes, são significativamente diferentes. Resulta, portanto, das palavras dos autores (Shimizu & Bradley, 2014), como veremos adiante, que não estamos perante uma ideia única de multiculturalismo, mas sim de “multiculturalismos”, do conservador ao liberal e ao crítico, com versões parodiadas pela redução a aspetos materiais característicos e identificáveis, de alimentos e roupas, por exemplo, que servem como uma “abreviatura” para uma espécie de multiculturalismo simbólico (Kymlicka, 2010). Donde, podemos avançar, não estaremos certamente perante um conceito unívoco de multiculturalismo nem de interculturalismo, o que, certamente, influencia o modo como percebemos a interculturalidade no contexto das comunidades.

Milhões de pessoas em todo o mundo estão matriculadas em aulas nas quais aprendem num idioma diferente daquele que falam em casa e estão imersos em uma cultura diferente da sua cultura de origem. A cultura tem uma relação direta com as crenças, atitudes, expectativas e visões de ensino e aprendizagem e a importância da aprendizagem, ajudando os indivíduos a saber quais os seus limites pessoais e qual é a sua responsabilidade para com os diferentes grupos. Como nos diz Gunderson (2014), as diferenças culturais podem afetar o grau em que um indivíduo de uma cultura é incluído ou excluído do ambiente de outra cultura e, neste sentido, os métodos, procedimentos e práticas de ensino e aprendizagem na cultura de origem de um indivíduo constituem um fator poderoso de inclusão ou exclusão, tornando as comunidades mais ou menos interculturais. Ainda de acordo com o autor, a cultura constitui as ideias, costumes, linguagem, artes e competências que caracterizam ou refletem um grupo de indivíduos num determinado período, particularmente no que se refere à aprendizagem escolar dos seus membros. No entanto, a cultura não é um fenómeno unitário singular. Na verdade, os seres humanos vivem em contextos de múltiplas culturas.

Estudos com jovens estudantes mostram que os membros das diásporas se perderam nos espaços entre várias identidades: o adolescente, o imigrante, o falante da língua materna, o indivíduo da cultura de origem, o indivíduo que socializa numa segunda língua e cultura (Gunderson et al., 2011). As pessoas existem em múltiplas interculturais, de modo que um aluno que se matricule numa escola num país de acolhimento traz consigo um conjunto complexo de crenças, perceções e comportamentos relacionados com privacidade, cooperação e competição, espaço pessoal, contato visual (Gunderson, 2014), linguagem cultural, proximidade, identidade e estereótipos de género que podem ser facilitadores ou um entrave ao desenvolvimento da interculturalidade nas comunidades de acolhimento.

Do que nos tem sido possível observar no contexto do ensino superior, esta bagagem cultural, facilita ou dificulta o contato e o estabelecimento de sinergias, empatia e comunicação entre estudantes dos diferentes contextos nacionais, religiosos e étnicos em presença. Em última instância, cria grupos de indivíduos que se reconhecem como pertencentes a um mesmo contexto, fomentando relações de identidade e afastam-nos de outros, relativamente aos quais as relações de alteridade são visíveis nos discursos e nas posturas, e atuam como barreira.

Multiculturalismos e Interculturalismo

Consideramos que a folclorização e leveza com que alguns atores sociais lidam com a dimensão prática e operativa dos conceitos “multiculturalismo” e “interculturalismo” geram processos que, como Kymlicka (2010) refere, resultam num certo consenso de que nos situamos, presentemente, numa era pós-multicultural. Kymlicka (2010) desdenha o reducionismo a que alguns votam estes conceitos transformados em panóplia de costumes, tradições, música e culinária. Ironiza, referindo-se-lhe como folclore, festivais e moda, a que, com frequência, se podem assistir em várias comunidades portuguesas, por exemplo, e que embora possam servir como ponte entre pessoas de

culturas diferentes, não chegam para construir comunidades interculturais. Também Mishra (2012) se reporta ao que denomina como “crise” do multiculturalismo liberal/tradicional, considerando que este é um fenómeno que precisa de ser continuamente redefinido. Com uma abordagem marcadamente ideológica no seu discurso, afirma que uma questão-chave para poder discutir estes aspetos é a incomensurabilidade da universalidade de direitos em conflito com a política de redistribuição. Considera que uma de duas situações podem ocorrer: ou o reconhecimento desses direitos é visto pelos políticos, maiorias e cidadãos comuns de uma determinada comunidade como suficiente por si só, e essa assunção de direitos, adquiridos no vazio, não tem como consequência uma ação que permita resolver problemas urgentes; ou leva a uma reação de potencial conflito entre a maioria e outras comunidades (incluindo as próprias minorias), que não sentem que ganham com a entrada de outros no seu território. Em casos extremos, refere o autor (Mishra, 2012), são a maioria ou as minorias instaladas temem perder os seus empregos e cargos, quando operacionalizadas políticas de igualdade de oportunidades, gerando-se um efeito oposto ao pretendido: conflito em vez de integração e coesão social.

O multiculturalismo tem sido cada vez mais atacado por críticos liberais e radicais (Kundnani, 2012; Murphy, 2012). Para Murphy (2012), impõe-se fazer uma distinção entre multiculturalismo como filosofia e política e elenca sete perspetivas do multiculturalismo: liberal; tolerante; valor da diversidade cultural; políticas de inclusão; multiculturalismo deliberativo; multiculturalismo democrático; e política de reconhecimento. Muitas dessas diferenças giram em torno da questão liberal “clássica” da liberdade versus prevenção de danos e abordam questões políticas centrais, como igualdade, adaptação de minorias e coesão social (Murphy, 2012). Já Kivisto (2012) reflete acerca das afirmações dos críticos do multiculturalismo conservador, referindo que a diversidade, inevitavelmente, impõe uma forma universalista de solidariedade. Considera que as solidariedades de grupos específicos impedem ou minam a solidariedade nacional, fazendo com que as pessoas devam escolher uma ou outra identidade (a nacional/cosmopolita/universal), mas não todas, pois não pode haver uma identidade coletiva que as abranja.

Kymlicka (2010) argumenta que nas democracias ocidentais surgiram três padrões relacionados com multiculturalismo, um dos quais se prende com novas formas de cidadania para os imigrantes. Questiona-se se grupos distintos, com histórias e aspirações diferentes de pertença à sociedade dominante, com motivações diferentes para procurar reconhecimento, devem ser considerados, pelos proponentes de políticas que visem a prossecução da interculturalidade, como um grupo homogéneo ou antes, se deverão ser considerados separadamente. De facto, cremos que um erro comum é considerar-se os imigrantes como um grupo homogéneo, categorizado de acordo com determinados pressupostos e estereótipos, que não têm em conta as suas características étnicas, culturais e pessoais distintas. Corre-se, assim, o risco múltiplo de não conseguir criar as condições para a integração de todos (mas, eventualmente, apenas de alguns); não aproveitar o potencial de alguns, nem em termos individuais nem coletivos; desenvolver estereótipos negativos que sejam inicialmente relativos a determinada pessoa ou grupo (o que obviamente deve ser combatido) e que, de modo quase automático, se estende a todos os imigrantes; e, finalmente, não se olharem as pessoas como indivíduos, mas como representantes de um grupo (imigrantes), com os quais podem ter muito pouco em comum (em termos culturais, sociais e étnicos).

Como afirma Bradley (2014), o multiculturalismo foi impulsionado pelo simples facto de ocorrerem maiores níveis de diversidade em muitos países que têm vindo a acolher imigrantes, há já largas décadas, oriundos de diferentes e variadas proveniências. Atualmente, não só a imigração está a aumentar e a espalhar-se por países tradicionalmente pouco escolhidos (como Portugal), mas também os tipos e as rotas de imigração estão a alterar-se. De facto, há movimentos mais frequentes e de curto prazo, sazonais, em vez de migração permanente (o Baixo Alentejo, é disto exemplo), bem como um aumento significativo de famílias mistas e etnicamente diversas, colocando novos desafios às comunidades de acolhimento, algumas das quais de baixa densidade populacional, envelhecidas, pouco disponíveis para a mudança, e que são obrigadas a confrontar-se com o fenómeno que Vertovec (2010), designa como “superdiversidade”.

Desde 2010, o multiculturalismo parece definir situações problemáticas e relacionar-se com momentos de crise e conflitualidade. Tal é inerente a análises recentes que usam terminologia como “multiculturalismo em pânico” (Noble, 2013) e “multiculturalismo ambivalente” (Bygnes, 2012). Resulta, portanto, que o termo tem significados distintos em função de quem o utiliza e da perspetiva que o utiliza, podendo afastar-se ou aproximar-se de modelos de interculturalismo e interculturalidade.

Nas palavras de Giménez (2010), a interculturalidade pressupõe, no plano factual, o estabelecimento de relações interétnicas. No plano normativo, o interculturalismo será a condição para a convivência na diversidade, obedecendo a três princípios fundamentais: o princípio da igualdade, que pressupõe a existência de relações horizontais na comunidade, já que sem que todos estejamos no mesmo plano as trocas culturais não ocorrem de modo igualitário; o princípio da diferença, que implica a possibilidade, necessidade e direito de encontrarmos pontes que permitam a comunicação e interação, apesar e por causa das diferenças que temos uns relativamente aos outros; e, finalmente, o princípio da interação positiva, que pressupõe, não obstante as disparidades que possam existir entre os indivíduos étnica e culturalmente diferentes, a existência de aspetos idênticos, resultantes da sua condição humana, que permitem o estabelecimento de pontes e a construção da unidade na diversidade etnocultural.

Características das Comunidades Interculturais

As comunidades interculturais são, obrigatoriamente, territórios comprometidos com o multiculturalismo e, desejavelmente, interculturais. Deverão, à semelhança do modelo urbano de inclusão intercultural – cidades interculturais (Bathily & D’Alessandro, 2020) –, definir uma visão intercultural para o território de influência, o que implica comprometer-se publicamente com o interculturalismo e sensibilizar para as vantagens da diversidade. Deverão, igualmente, preparar uma estratégia intercultural, que permita implementar estruturas de direção e gestão, bem como identificar questões, desafios e atores interculturais. É, ainda, fundamental que tenham a capacidade de construir uma estratégia intercultural que passe pela consulta à comunidade, encorajando a participação dos cidadãos e que desenvolva competências interculturais.

As cidades e municípios, que entendemos como comunidades, são mais propensos a iniciar políticas de integração e usar a investigação (ou qualquer outra forma de

conhecimento sistemático) para sustentar as suas políticas locais, quando são estimulados e apoiados para fazê-lo por uma governança de nível superior. Consideramos que a existência de políticas locais enquadradas por políticas nacionais e até comunitárias, facilita o processo de construção de comunidades onde se possa trabalhar a questão da diversidade (étnica, cultural, religiosa...) . Muitos territórios portugueses, com relevo para as cidades, estão a transformar-se do ponto de vista das paisagens humanas, de forma brusca. Integrar, com respeito por quem chega e ajudar a integração respeitando a comunidade de acolhimento, são duas faces da mesma moeda e fundamentais para prevenir conflitos e agressividade latente nas relações entre os vários que chegam e os vários que acolhem.

O conceito de cidade intercultural foi desenvolvido pelo grupo de reflexão britânico Comedia, em 2004. Este grupo analisou a diversidade cultural como uma fonte de inovação, criatividade e empreendedorismo e procurou compreender de que modo o aumento do diálogo intercultural, intercâmbio e atividade cultural podem ser o catalisador para tal processo (Wood, 2009). As cidades interculturais, validadas através da ação concreta no terreno e concretizadas em termos políticos, têm uma estratégia de gestão que defende publicamente o respeito pela diversidade e uma identidade urbana pluralista. Os seus dirigentes desenvolvem e aplicam ferramentas, como o índice de cidades interculturais, que lhes permitem avaliar as suas políticas e continuar ou alterar o caminho até então trilhado.

A abordagem da interculturalidade centrada na comunidade deverá estar em linha com as propostas para a cidade e, portanto, ligada ao debate sobre “cidadania urbana”, procurando estabelecer os direitos plenos dos migrantes nas cidades de destino, concedendo-lhes um estatuto urbano. Lin (2014) lembra que autores como Chan (1996) e Solinger (1999) têm trabalhado estas matérias, detetando a tendência para tratar os migrantes como um grupo homogêneo, sem ter em conta a complexidade da “diferença” em termos de género, idade e etnia. Lin (2014) refere que esta nova visão intercultural considera os migrantes como membros recém-adicionados à sociedade, envidando-se esforços para integrá-los, de modo a poderem desfrutar dos mesmos direitos e benefícios dos residentes locais. O acesso dos migrantes a oportunidades de emprego em muitas cidades de destino foi significativamente melhorado por meio de uma série de novas políticas, permitindo-lhes desfrutar de melhores condições de emprego e rendimento. Acrescem medidas para garantir acesso igual à educação e tratamento igual nestes territórios para os filhos dos migrantes, tornando também as escolas num território privilegiado de práticas interculturais e construção de espaços de mediação e diálogo. Também os trabalhos de Zhang et al. (2016) reforçam estas conclusões. Lamentavelmente, em muitos dos nossos territórios, a realidade não é, ainda, essa. Por vários motivos, entre os quais se conta a ação de redes mais ou menos escondida de tráfico humano e de exploração de mão de obra, muitos imigrantes vivem em situações deploráveis de habitação e com péssimas condições sanitárias e de salubridade. Desde o verão de 2022, há imigrantes em situação de sem abrigo, em várias localidades do distrito e também no centro da cidade de Beja, apesar dos esforços concertados de autoridades, organizações não governamentais, Instituição Particular de Solidariedade Social, associações privadas, grupos de ativistas, entidades de governança local, serviços estatais e a própria academia.

Em qualquer comunidade, o espaço público assume uma importância enorme. Desde logo, o espaço público é atravessado por todos os que o habitam, por necessidade (de deslocação, de aquisição de bens, etc.) e por opção, como no caso da criação de relações vicinais e de sociabilidade, reforçando, potencialmente, a solidariedade intercultural. Deste modo, torna-se um espaço de visibilidade, onde a diversidade cultural se manifesta, podendo assumir características inclusivas ou excludentes. De facto, o espaço público tanto pode aproximar indivíduos, criando sinergias entre si, como pode ser potenciador da criação de guetos para “os de fora”, dependendo não só das características do espaço, mas também das populações que o fruem e moldam. Grande parte das comunidades portuguesas, por exemplo, não possui espaços concebidos como interculturais, adaptando-se e adaptando-os, antes, à medida que chegam portadores de outras culturas. Frequentemente, os migrantes são vistos a ocupar determinadas zonas do espaço público das comunidades de acolhimento, até então vazias, em determinadas horas do dia, o que não significa a sua integração. Bem pelo contrário. Implica, com alguma frequência, que esse espaço passe a ser conotado com um grupo específico e, por isso, evitado pelos locais, tornando-o excludente e definindo áreas não de convergência, mas de segregação. O caminho para uma comunidade intercultural faz-se também pela reorganização da partilha do espaço público, induzindo um conjunto de atividades que aí possam ocorrer e facilitem o diálogo intercultural e se transformem em verdadeiras experiências interculturais. Vários projetos de índole intercultural têm vindo a ser desenvolvidos em cidades, como Dublin, Lisboa e Barcelona, tentando conferir novas utilizações ao espaço público e, paulatinamente, transformando-as em territórios interculturais (Bathily & D’Alessandro, 2020) e evitar os conflitos inevitavelmente marcados pela diversidade.

Reflexões Finais

As cidades europeias estão cada vez mais conscientes de que precisam de políticas de integração consistentes a longo prazo, a fim de preservar a sua viabilidade como comunidades e a sua habitabilidade para todos os residentes. Durante a última década, têm-se voltado, cada vez mais, para novos parceiros fora da arena nacional, na sua busca por conhecimento e recursos para as suas políticas e, recentemente, as cidades europeias desenvolveram novas relações significativas, nomeadamente, na forma de redes que trocam conhecimentos e experiências práticas, no que concerne a políticas de integração local. Embora tais iniciativas visem principalmente formas transnacionais horizontais de cooperação entre cidades, todas essas redes têm fortes conexões e apoio da Comissão Europeia, gerando novas alianças na governança multinível da migração e integração na Europa (Penninx, 2015).

A integração intercultural não é um processo ausente de choque. Às diferenças étnicas, religiosas, de construção de género, entre outras, aliam-se aspetos relacionados com a pobreza, em que muitos migrantes vivem, grandes desigualdades sociais, escassez de recursos, isolamento, pouco domínio da língua do país de acolhimento (e estes são apenas alguns aspetos que afetam parte deste grupo) e, portanto, potenciadores de tensões sociais que podem escalar para situações de conflito. Por

esta razão, as comunidades interculturais têm obrigatoriamente, também, que criar estruturas de mediação intercultural que permitam identificar e prevenir potenciais fontes de conflitualidade e reconhecer as oportunidades de reflexão, aprendizagem e inovação, resultantes da mediação, levada a cabo por profissionais treinados e com conhecimento profundo dos territórios de intervenção.

Referências

- Alagappa, M. (Ed.). (2004). *Civil society and political change in Asia: Expanding and contracting democratic space*. Stanford University Press.
- Bathily, A., & D'Alessandro, I. (Eds.). (2020). *Guia prático para a aplicação do modelo urbano de inclusão intercultural*. Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/a-cidade-intercultural-passo-a-passo/16809e8efb>
- Bradley, W. (2014). Multicultural coexistence in Japan: Follower, innovator, or reluctant late adopter? In K. Shimizu, & W. S. Bradley (Eds.), *Multiculturalism and conflict reconciliation in the Asia-Pacific: Migration, language, and politics* (pp. 21–43). Palgrave Macmillan.
- Brown, A. (2006). A narrative approach to collective identities. *Journal of Management Studies*, 43(4), 731–753. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2006.00609.x>
- Bygnes, S. (2020). Ambivalent multiculturalism. *Sociology*, 27(1), 126–141. <https://doi.org/10.1177/0038038512448560>
- Chan, J. (1996). Changing police culture. *The British Journal of Criminology*, 36(1), 109–134. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a014061>
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem* (A. S. Rodrigues, Trad.). Rocco. (Trabalho original publicado em 1992)
- Giménez, C. (2010). *A interculturalidade e mediação* (A. Gouveia, Trad.). Alto Comissariado para a Migração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP).
- Gunderson, L. (2014). Theorizing multiculturalism: Modeling the dynamics of inclusion and exclusion in school-based multicultural settings. In K. Shimizu & W. Bradley (Eds.), *Multiculturalism and conflict reconciliation in the Asia-Pacific: Migration, language, and politics* (pp. 62–78). Palgrave Macmillan.
- Gunderson, L., Odo, D. M., & D'Silva, R. (2011). Second language literacy. In E. Hinkel (Ed.), *Handbook of research in second language teaching and learning* (Vol. II, pp. 472–487). Routledge.
- Kivisto, P. (2012). Migration, national identity, and solidarity. *Ethnicities*, 12(6), 849–854.
- Kundnani, A. (2012). Multiculturalism and its discontents: Left, right, and liberal. *European Journal of Cultural Studies*, 15(2), 155–166. <https://doi.org/10.1177%2F1367549411432027>
- Kymlicka, W. (2010). The rise and fall of multiculturalism: New debates on inclusion and accommodation in diverse societies. *International Social Science Journal*, 61(199), 97–112. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2010.01750.x>
- Lebow, R. (2008). *A cultural theory of international relations*. Cambridge University Press.
- Lin, Y. (2014). From 'integration into cities' to 'an integrated society': Women migrants' needs and rights in Fujian province, China. In T. Truong, D. Gasper, J. Handmaker, & S. Bergh (Eds.), *Migration, gender and social justice perspectives on human insecurity* (pp. 153–171). Springer.
- Maalouf, A. (2000). *In the name of identity: Violence and the need to belong*. Penguin Books.
- Mazlish, B. (2004). *Civilization and its contents*. Stanford University Press.
- Mishra, V. (2012). *What was multiculturalism? A critical retrospective*. Melbourne University Press.

Murphy, M. (2012). *Multiculturalism: A critical introduction*. Routledge.

Noble, G. (2013). Cosmopolitan habits: The capacities and habitats of intercultural conviviality. *Body and Society*, 19(2/3), 162–185. <https://doi.org/10.1177%2F1357034X12474477>

Nye, J. (2004). When hard power undermines soft power. *New Perspectives Quarterly*, 21(3), 2–66. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5842.2004.00673.x>

Okolski, M. (Ed.). (2012). *European immigrations: Trends, structures and policy implications*. Amsterdam University Press.

Patterson, T. (1997). *Inventing Western civilization*. Monthly Review Press.

Penninx, R. (2013). *Research on migration and integration in Europe. Achievements and lessons*. Vossiuspers UvA. <https://hdl.handle.net/11245/1.416117>

Penninx, R. (2015). European cities in search of knowledge for their integration policies. In P. Scholten, H. Entzinger, R. Penninx, & S. Verbeek (Eds.), *Integrating immigrants in Europe: Research-policy dialogues* (pp. 99–115). IMSCOE; SpringerOpen.

Pettman, R. (2004). *World politics - Rationalism and beyond*. Palgrave Macmillan.

Scholten, P., Entzinger, H., Penninx, R., & Verbeek, S. (Eds.). (2015). *Integrating immigrants in Europe: Research-policy dialogues*. IMSCOE; SpringerOpen.

Shimizu, K., & Bradley, W. S. (Eds.). (2014). *Multiculturalism and conflict reconciliation in the Asia-Pacific: Migration, language, and politics*. Palgrave MacMillan.

Solinger, D. (1999). *Contesting citizenship in urban China. Peasant migrants, the state, and the logic of the market*. University of California Press.

Vertovec, S. (2010). Towards post-multiculturalism? Changing communities, conditions, and contexts of diversity. *International Social Science Journal*, 61(199), 83–95. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2451.2010.01749.x>

Wood, P. (Ed.). (2009). *Intercultural cities: Towards a model for intercultural integration*. Council of Europe Publishing.

Zhang, Y., Skyler, T., Zhang, X., & Zhao, H. (2016). Chinese preservice teachers' professional identity links with education program performance: The roles of task value belief and learning motivations. *Frontiers in Psychology*, 7, 1–12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00573>